

Fiquem na penumbra

Com o comando da Federação União Progressista desgastada em função do enrosco com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, a ordem é manter os caciques voando abaixo dos radares, tanto o senador Ciro Nogueira (PP-PI), derrotado nas urnas, e Antonio Rueda, eleito deputado federal pelo União Brasil do Rio Janeiro. Nenhum dos dois falará pela federação ao longo deste segundo turno.

Aproveite os holofotes

Quem falará pelas duas legendas é a líder do PP no Senado, Tereza Cristina. Aliás, ela só não foi vice na chapa de Flávio Bolsonaro porque Ciro Nogueira disse não. Agora, enquanto representante da Federação no arco de alianças do candidato do PL neste segundo turno, Tereza terá a chance de se projetar para presidir o Senado.

Deu discurso

O aceno de Flávio Bolsonaro sobre mudanças na Constituição leva o PT a acreditar que essa talvez seja o principal mote para tentar conter a onda que levou o candidato do PL a sair na frente no primeiro turno. A ordem agora é espalhar que as garantias e direitos inscritos na Constituição estão sob risco. Embora o candidato não tenha citado direitos fundamentais dos cidadãos tampouco nenhuma mudança trabalhista, tudo isso fará parte dessa curta etapa da campanha.

E a 6X1, hein?

O governo do presidente-candidato Lula vai massificar que o projeto do PL de colocar a remuneração por hora trabalhada é considerado um “7x0”. Os petistas acreditam que o lado mais fraco é o do trabalhador, que não conseguirá fechar um bom acordo com o patrão. Esse é outro tema que promete dominar esses dias.

Xandão é inegociável

Desde que o ex-presidente Michel Temer anunciou o apoio a Flávio Bolsonaro, cresce a suspeita entre os políticos de que o emedebista fez isso para tentar obter um acordo capaz de preservar o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, seu ex-ministro da Justiça que o então presidente Temer indicou ao STF. Somam-se a essas suspeitas de acordo as ações do próprio ministro, no sentido de distensionar o ambiente com os aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro. Nas hostes bolsonaristas, entretanto, a avaliação é a de que, se os senadores do PL recuarem em relação ao impeachment de Alexandre de Moraes, deixarão de cumprir o discurso que levou à construção da bancada que saiu das urnas. Nesse sentido, ou o STF resolve o caso até o final do ano, ou a nova bancada do partido vai tratar de eleger um presidente do Senado que não impeça a abertura de processo contra o ministro. Diante dessa perspectiva, há quem diga que caberá a Alexandre de Moraes pedir para sair.

Outros acordos/ A aproximação do Centrão com Flávio Bolsonaro vai muito além dos cargos de primeiro escalão e da identidade ideológica. Ali, falou mais alto a sobrevivência. Primeiro, há nos aliados de Ciro Nogueira, do PP, e de Antonio Rueda, o presidente do União Brasil, a esperança de que Flávio promova trocas na Polícia Federal no próximo ano, de forma a estancar as denúncias que vinculam nomes importantes do bloco ao ex-banqueiro Daniel Vorcaro. O fato de Flávio ter chegado à frente de Lula no primeiro turno e a vitória dos petistas na Bahia indicam que o caso Vorcaro ficou à margem do processo eleitoral. Além disso, os políticos registram que, até aqui, as investigações não cessaram e a posição do presidente do STF, Edson Fachin, tem sido no sentido de dar transparência aos documentos que não comprometam essas investigações. Da parte do ministro Fachin, esse ponto é inegociável.



CURTIDAS

Celina e Flávio/ Na reunião com o candidato do PL, Flávio Bolsonaro, a governadora-candidata Celina Leão pediu ao candidato que não repetisse o gesto do “V” da vitória, usado na campanha de Michelle Bolsonaro e Bia Kicis no DF para massificar o 22. “Flávio, aqui use só os indicadores: É 11”, disse Celina, dedicada agora a massificar o seu número nas urnas. Afinal, ela passou ao segundo turno porque 26 mil eleitores registraram o 22 nas urnas achando que estavam votando nela.

Janja e Alckmin/ A polêmica “menos Janja, mais Alckmin”, que a ex-senadora Kátia Abreu levantou na reunião dos petistas, não é apenas uma avaliação da ex-ministra da Agricultura da presidente Dilma Rousseff. É também de várias pessoas próximas a Lula. Muitos dizem que Janja conquistou todos os votos que poderia obter. Ela deveria, avalliam, dar lugar ao vice-presidente para tentar agregar o que Lula precisa a fim de ultrapassar Flávio Bolsonaro e vencer no segundo turno. Muita gente de dentro do PT diz que, se isso não mudar, Lula que assuma os erros depois. Não dá para culpar o marqueteiro Sidônio.

Minerais críticos/ O Instituto Diálogos, think tank criado pela senadora Tereza Cristina, tem reunião hoje em Brasília com o alto escalão do Ministério de Minas e Energia, Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e especialistas em terras raras para debater a política nacional desse recurso tão importante e estratégico para o país. Entender o setor e seus conceitos é considerado um passo fundamental para criar um detalhamento das regras que vão reger a política desses minerais no Brasil, cuja industrialização hoje está praticamente concentrada na China.

Reflexões sobre mineração/ O IDP abre hoje suas portas para o lançamento do livro *Manual Aplicado de Mineração: Geologia, Regulação, Direito e Economia dos Recursos Minerais*, escrito a seis mãos por André Garcia, Marcela Tainã e Rafael Favetti. A obra nasceu da proposta de reunir, em um mesmo trabalho, diferentes dimensões da atividade mineral — geologia, regulação, direito e economia — procurando aproximar o conhecimento técnico dos problemas concretos enfrentados por quem atua e toma decisões no setor. A sessão de autógrafos será no auditório do IDP, na 609 Norte, a partir de 18h30.



Oposição “sem agenda clara”

Substituta de Leila do Vôlei, que pediu licença, senadora Leany Lemos vê inconsistência de propostas no futuro Parlamento

» BEATRIZ VASCONCELOS*

Suplente de Leila do Vôlei (PDT-DF) no Senado e com experiência na administração pública estadual e federal, a senadora Leany Lemos (PSB-DF) substitui a parlamentar e ex-atleta que não conseguiu a reeleição no último domingo. Durante entrevista ao *CB.Poder Eleições* — parceria entre o *Correio Braziliense* e a TV Brasília nesta quarta-feira (7) —, Leany Lemos disse que pretende dar continuidade ao trabalho de Leila, por se tratar de um mandato em conjunto (com um senador titular e dois suplentes). “A gente sempre estava em contato e conversando. Então, eu enxergo como uma continuidade mesmo do mandato da Leila”, ressaltou aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Sibebe Negromonte.

Restando um pouco mais de 100 dias da atual legislatura, Leany está ciente de que a agenda legislativa será intensa, com uma série de temas em pauta, como o fim da escala 6x1, a medida provisória das bets, a PEC da Segurança, a regulamentação da reforma tributária e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Especificamente sobre o fim da escala 6x1, a parlamentar acredita que a proposta deva avançar no Senado, apesar da sinalização contrária da oposição e do presidente-cível e senador Flávio Bolsonaro. “O que eu vejo é uma mobilização do governo — e eu sou da base do governo — para a aprovação dessa proposta até a próxima semana”, disse. Leany avalia, ainda, que essa pauta não é prioritária para o novo Congresso.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Leany: “A gente não tem uma cultura forte de planejamento. Quero trabalhar para isso no Senado”

Convergência

Sobre as reformas constitucionais defendidas por Flávio Bolsonaro, a senadora lembrou que o único governo que conseguiu aprovar um pacote massivo de Propostas de Emenda à Constituição foi o de Fernando Henrique Cardoso, nos anos iniciais do primeiro mandato, “com todo o capital político que ele tinha com o Plano Real”.

Na avaliação de Leany, esse cenário entre 1995 e 1996 formou o que na ciência política se denomina “homogeneidade de preferências”, quando o Executivo e o Legislativo têm maior convergência.

“Eu não consigo ver isso agora. Apesar de (o PL e a direita) terem aumentado a sua base, é muito

difícil ver (uma convergência nesse nível). O Congresso tem muitos pontos de veto”, observou a convidada do *CB.Poder Eleições 2026*. Ela lembrou que uma PEC, por exemplo, precisa passar pelo Senado e pela Câmara, havendo possibilidade de o texto voltar para a Casa onde nasceu a proposta.

Apesar da vitória de um Congresso conservador, Leany Lemos avalia que o alinhamento ideológico não se reflete, necessariamente, em coesão no momento de aprovar propostas. “Uma coisa é a convergência nas eleições. Outra coisa é a governança dentro do Parlamento, no momento em que você tem de discutir projetos que afetam setores diferentes, com as preferências da opinião pública”,

ressaltou. “Pode estar muito homogêneo agora, mas na hora que for discutir governo, é diferente. Essas construções exigem muito mais identidade, e não acho que haja tanto assim”, acrescentou.

Para Leany Lemos, o que haveria em comum entre os diferentes grupos políticos é uma visão contra o atual governo do que um alinhamento ideológico. “Não há uma agenda clara”, criticou a parlamentar.

Fiscal e social

Sobre as contas públicas, a senadora afirmou que a política social e responsabilidade fiscal não são temas conflitantes. Leany chamou atenção ainda para a rigidez

de mais de 90% do orçamento, ou seja, a vinculação com alguma área. “Além disso, temos as despesas obrigatórias de caráter continuado”, lembrou. Segundo a senadora, essa rigidez reduz o espaço para investimentos.

Para Leany Lemos, é possível o governo obter espaço orçamentário sem comprometer programas sociais essenciais, por meio do ganho de eficiência e da melhoria da qualidade do gasto. A senadora afirmou que o cruzamento sistemático de dados fiscais e de renda em programas sociais como o Bolsa Família permite identificar recebimentos indevidos. Segundo Leany, isso resultaria na redução de 5% em distorções nesses programas e geraria uma economia anual estimada em R\$ 15 bilhões.

Servidora do Senado Federal, Leany Lemos tem ampla experiência na área econômica. Foi secretária de Planejamento no governo de Rodrigo Rollemberg e colaborou, também na pasta do Planejamento, no governo de Eduardo Leite no Rio Grande do Sul. Foi, ainda secretária nacional de Planejamento no atual governo Lula.

Ao refletir sobre as dificuldades orçamentárias e as mudanças sociais no Brasil, como o envelhecimento da população brasileira, Leany Lemos defende a necessidade de melhorar a planificação de políticas públicas. “A gente ainda não tem, no Brasil, uma cultura forte de planejamento. Parte do que quero fazer no Senado Federal é trabalhar pelo planejamento de longo prazo”, finalizou.

***Estagiária sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza**

Durigan e a euforia

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, criticou as promessas anunciadas pelas candidaturas de direita neste primeiro turno. Segundo ele, as medidas anunciadas são ilusórias. “A direita fala em superavit de 1,5% do PIB e isso não é crível, compra quem quer”, disse, ao participar remotamente do 9º Incorpora Abrainc — Rotas para 2027, para uma plateia majoritariamente formada por empresários da construção civil.

Durigan afirmou que a agenda econômica precisa combinar responsabilidade fiscal, credibilidade e um esforço contínuo para melhorar as contas públicas, sem “mágicas” ou soluções fáceis. “O país precisa de responsabilidade fiscal e muito trabalho”, disse. Na avaliação do ministro, o governo tem como desafio imediato avançar na redução da taxa de juros e reforçar um regime fiscal confiável.

O ministro também buscou reforçar a disposição do governo de manter e aperfeiçoar o arcabouço fiscal. “Fizemos uma regra fiscal, que precisa melhorar, e que tem de se manter”, afirmou.

Ele contestou a interpretação de que a melhora recente em ativos — com queda do câmbio e valorização da bolsa — refletiria uma euforia com a perspectiva de mudança de governo. Para ele, a reação se apoia mais em expectativa do que em fatos. “Eu tenho alguma dificuldade em entender essa euforia”, disse.